

Anejos de Veleia

Series Minor 36

M.^a CRUZ GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ,
PILAR CIPRÉS,
ESTÍBALIZ ORTIZ-DE-URBINA Y
GONZALO CRUZ-ANDREOTTI (EDS.)

A Verbis ad Scripta

Studia epigraphica et historica.

Homenaje a Juan Santos Yanguas

eman ta zabal zuzu



Universidad
del País Vasco

Euskal Herriko
Unibertsitatea

ANEJOS DE VELEIA
Series minor 36

A VERBIS AD SCRIPTA

Studia epigraphica et historica.

Homenaje a Juan Santos Yanguas

VELEIA

REVISTA DE PREHISTORIA, HISTORIA ANTIGUA, ARQUEOLOGÍA
Y FILOLOGÍA CLÁSICAS

Idazkaritza / Consejo de Redacción / Board

I.-X. ADIEGO (*Universitat de Barcelona*) – J. BAENA (*Universidad Autónoma de Madrid*) –
A. CABALLOS (*Universidad de Sevilla*) – C. CARDELLE DE HARTMANN (*Universität Zürich*) –
M.^a V. ESCRIBANO PAÑO (*Universidad de Zaragoza*) – J. M. FERNÁNDEZ ERASO (*UPV/EHU*) –
F. J. GÓMEZ ESPELOSÍN (*Universidad de Alcalá*) – M.^a C. GONZÁLEZ RODRÍGUEZ (*UPV/EHU*) –
J. GORROCHATEGUI (*UPV/EHU*) – M. KUNST (*Deutsche Archäologische Institut, Madrid*) –
J. L. MELENA (*UPV/EHU*) – J. MÉNDEZ DOSUNA (*Universidad de Salamanca*) –
Í. RUIZ ARZALLUZ (*UPV/EHU*) – J. SANTOS (*UPV/EHU*) –
E. TORREGO (*Universidad Autónoma de Madrid*) – J. A. ZAMORA (*CSIC, Madrid*)

Argitaratzailea / Editor / Editor

J. M.^a VALLEJO

Saileko zuzendariak/Directores de Sección/Section Directors

M.^a J. GARCÍA SOLER – A. MARTÍNEZ SOBRINO – E. TORREGARAY

ANEJOS
SERIES MINOR 36



Torso *thoracatus* hallado en
Iruña, Álava, la
antigua
Veleia

M.^a CRUZ GONZÁLEZ-RODRÍGUEZ,
PILAR CIPRÉS,
ESTÍBALIZ ORTIZ-DE-URBINA y
GONZALO CRUZ-ANDREOTTI
(eds.)

A VERBIS AD SCRIPTA

Studia epigraphica et historica.

Homenaje a Juan Santos Yanguas

eman ta zabal zazu



Universidad del País Vasco Euskal Herriko Unibertsitatea

VITORIA

2019

GASTEIZ

CIP. Biblioteca Universitaria

A verbis ad scripta : studia epigraphica et historica : homenaje a Juan Santos Yanguas / M.^a Cruz González Rodríguez ...[et al.](eds). – Vitoria-Gasteiz: Universidad del País Vasco/Euskal Herriko Unibertsitatea, Argitalpen Zerbitzua= Servicio Editorial, 2019. – LVII, 378 p. : il., map. ; 24 cm. – (Anejos de Veleia. Series Minor ; 36)

D.L.: BI-1197-2019. — ISBN: 978-84-1319-072-3.

1. Epigrafía. 2. Historia antigua. I. Santos Yanguas, Juan, homenajeado. II. González Rodríguez, María Cruz, coeditor.

930.271

94(3)



UPV/EHuren Argitalpen Zerbitzuaren Veleiako eranskinak (Series Minor) sailak Academic Publishing Quality (CEA-APQ) edizio akademikoen kalitatezko zigiluaren aipua jaso du.

La serie Anejos de Veleia (Series Minor) del Servicio Editorial de la UPV/EHU ha sido distinguida con el Sello de Calidad en Edición Académica - Academic Publishing Quality (CEA-APQ).

© Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco
Euskal Herriko Unibertsitateko Argitalpen Zerbitzua

ISBN: 978-84-1319-072-3

Depósito legal/Lege gordailua: BI-1.197-2019

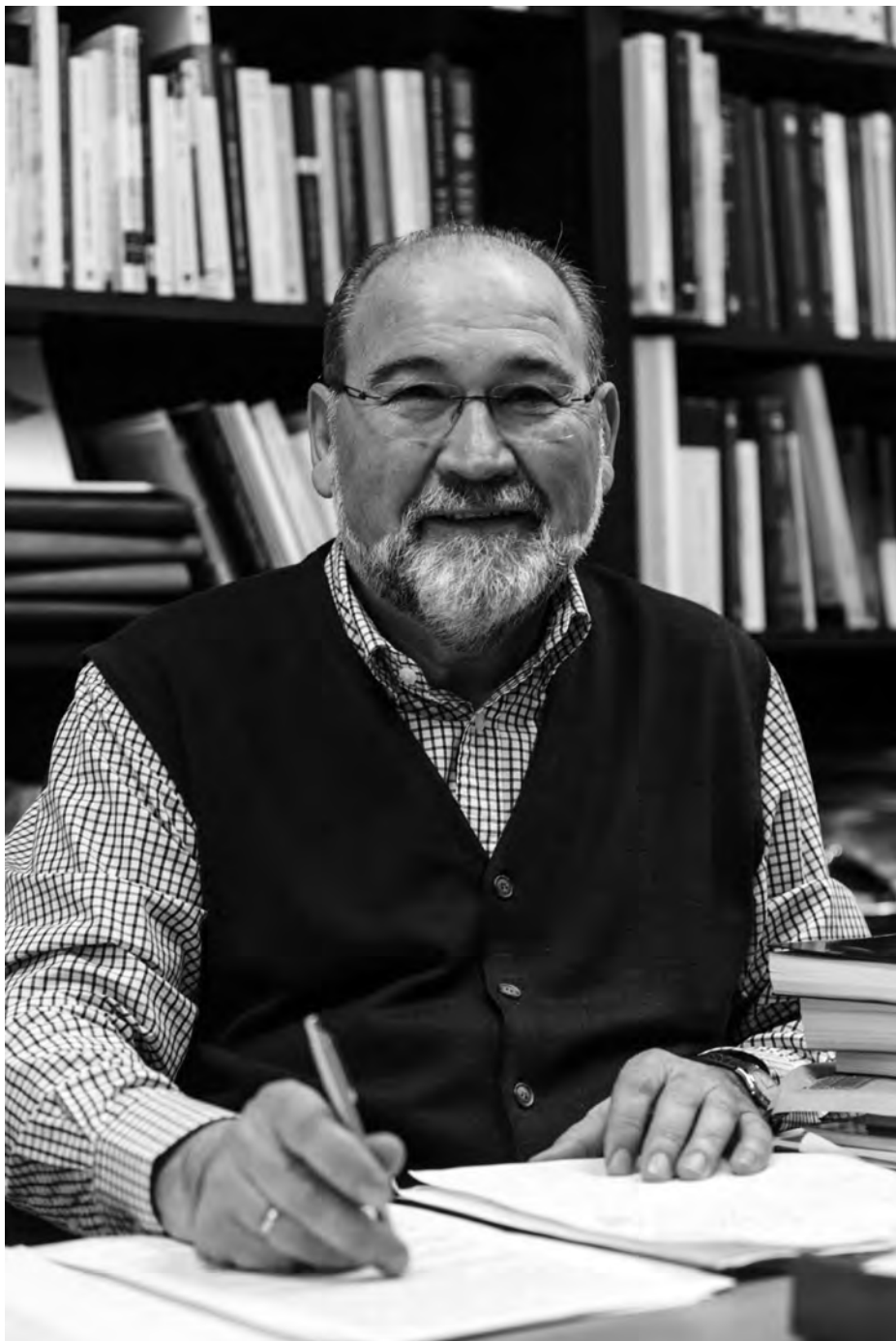


Foto: Quintas

«Ainsi l'épigraphie apporte à l'histoire ancienne une fraîcheur toujours renouvelée; elle lutte contre la sécheresse des discussions sans fin sur des textes malaxés depuis quatre siècles. Elle tranche de vieilles controverses. Elle est l'eau de jouvence de nos études. Elle maintient toujours grand ouvert le domaine de la découverte et de sa joie. Un perpétuel apport vivifie l'histoire de l'Antiquité dans ses parties les plus variées».

L. Robert, «Les épigraphies et l'épigraphie grecque et romaine», en: Ch. Samaran (dir.), *L'histoire et ses méthodes* [Coll. Encyclopédie de la Pléiade], Paris, 453-497.

O BILINGUISMO EPIGRÁFICO, MANIFESTAÇÃO POLÍTICO-CULTURAL

José d'Encarnação¹
CEAACP. Universidade de Coimbra

Recibido: 18/08/2017

Accepted: 05/09/2018

Resumo: A propósito do livro de María José Estarán Tolosa, *Epigrafia Bilingüe del Occidente Romano*, tecem-se considerações acerca do significado político-cultural de, numa inscrição, ser utilizada mais do que uma língua, tanto na actualidade como na época romana. Aproveita-se a oportunidade para explicitar o conceito de bilinguismo, pois não pode —no entender do autor— aplicar-se a um texto em que algumas palavras pertencem a um universo linguístico diverso do da maior parte da epígrafe, como, na actualidade, se não pode chamar 'bilingue' uma composição em que, de permeio, se usem termos estrangeiros. Daí que se conteste a atribuição de um carácter bilingue às epígrafes da Lusitânia ocidental que María José Estarán incluiu no seu repertório.

Palavras-chave: Epigrafia romana, bilinguismo, divindades indígenas, convivência cultural.

The Bilingual Epigraphic Monument, a Politico-Cultural Evidence

Abstract: The notion of bilingual inscription is discussed in this paper, with regard to the book *Epigrafia Bilingüe del Occidente Romano* of María José Estarán Tolosa, professor at the University of Zaragoza. A bilingual inscription is, in fact, not a text with some words in a different language, but the real copy, in duplicate, of another text. In this case, a great significance we must give to these inscriptions, as an evident sign of cultural and political acculturation. So, the inscriptions of the Roman west Lusitania included in Maria José's catalogue are not bilingual, but texts with some words of the pre-Roman linguistic world.

Keywords: Bilingual Roman inscriptions; Roman Lusitania; Indigenous deities; linguistics.

¹ Correspondência: José d'Encarnação. Rua Eça de Queiroz, 89 - Pampilheira. P - 2750-662 Cascais. jde@fl.uc.pt. ORCID: iD* 0000-0002-9090-557x

1. INTRODUÇÃO: O PORQUÊ DA INSCRIÇÃO BILINGUE

Na actualidade, já não causa estranheza que a ementa de um restaurante se nos apresente na língua nativa e em inglês, mesmo que, na versão portuguesa, surja a estranha designação de «gambas à la guilho»².

Por isso, também não estranhei, em Setembro de 1995, junto à célebre cidade de Nicópolis, na Grécia, que uma placa toponímica estivesse redigida em Grego e em Inglês, dado que a maioria dos turistas não compreenderia os caracteres gregos.

«Disculpeu les molèsties treballem per vostè» rezava uma placa, durante os grandes trabalhos de remodelação do aeroporto de Barcelona; e vinha por baixo a versão inglesa e só em terceiro lugar a castelhana, prática somente compreensível atendendo ao conhecido desejo de autonomia por parte dos Catalães.

Na cidade de Bruxelas, as placas toponímicas são redigidas em Flamengo e em Francês, se situadas na zona flamenga da cidade; e em Francês e Flamengo, se localizadas na área predominantemente francesa; e as bandeiras dos autocarros indicam o seu destino nas duas línguas.

No centro histórico de Vitoria (Alava, País Basco)³, a opção foi mais curiosa: no princípio e no fim do arruamento, está uma placa em Euskera de um lado e, em frente, a placa em Castelhana – aliás, ambas bem vistosas e solemes, uma marca real de poder (fig. 1).



FIGURA 1

Placa toponímica, em euskera, no centro histórico de Vitória

² Curiosa redacção da versão 'oral' do prato espanhol 'gambas al ajillo', 'gambas com alinho'...

³ E esta é também uma homenagem ao Amigo e Companheiro de várias décadas, Professor Juan Santos Yanguas, a quem este volume é dedicado.

Em Maio de 1992, surpreendeu-me, no Departamento de História da Universidade de Swansey (País de Gales), que, no rés-do-chão, a informação relativa ao modo de abrir a porta estivesse redigida em Galês e em Inglês, quando informação idêntica, no 1.º andar, se apresentava pela ordem inversa. E perguntei ao meu colega a razão de tal divergência. É que a informação do 1.º andar era mais antiga, datável de um período em que a consciência da identidade galesa ainda não se afirmava tanto!...

Surpresa semelhante me ocorreu em Toulouse, no mês de Novembro de 2007, por ocasião da celebração, aí, da VII Mesa-Redonda sobre a Lusitânia Romana: eram sempre duas as placas toponímicas da cidade (fig. 2), a de cima em Francês e a de baixo em Provençal, uma língua que, segundo me informaram, não era falada nem ensinada na Escola, uma verdadeira língua fóssil, que ali se mostrava para sublinhar a identidade local.



FIGURA 2

Placas toponímicas duplas, em provençal e em francês, em Toulouse

Na Península Ibérica, mormente do lado espanhol, onde as autonomias se procuram consolidar mesmo do ponto de vista linguístico, o bilinguismo toponímico começa a ser corrente, dando-se a primazia ao idioma local.

No território português, apenas se registam dialectos, como o minderico (que tem expressão em Minde, na Estremadura) ou o barranquenho, de Barran-

cos, dada a sua grande ligação a Espanha⁴. Nenhum deles, todavia, como acontece com os muitos falares patentes na Península Itálica, determinou um verdadeiro bilinguismo. O único caso é o de Miranda do Douro, em que, para além de uma língua com gramática e terminologia própria, há, a envolvê-la, toda uma tradição cultural que justificou ser o Mirandês considerado também língua oficial portuguesa, ensinada na Escola e com literatura própria, o que epigraficamente logo se registou (fig. 3).

Estes exemplos actuais permitem-nos concluir que, para além de uma questão de ordem prática, de necessidade de se fazer compreender —como é o caso das ementas nos restaurantes e, de um modo geral, dos folhetos turísticos— o bilinguismo registado na pedra, ou seja, o que poderemos designar de ‘bilinguismo epigráfico’ tem razões muito mais profundas, que radicam no desejo de sublinhar a identidade e, até, levada esta ao extremo, a vontade de autonomia.



FIGURA 3

Placa toponímica bilingue num arruamento de Miranda do Douro (Portugal)

Um dos textos mais célebres —não bilingue, mas trilingue— é, como se sabe, a Pedra de Roseta, peça fundamental para a decifração, por Jean-Fran-

⁴ Terra de fronteira, a sul de Beja, a única em que a tourada termina —como em Espanha— com a morte do touro na arena.

çois Champollion, em 1822, do significado dos caracteres hieroglíficos, porque o mesmo texto, o decreto promulgado em 196 a.C., na cidade de Mênfis, por Ptolemeu V, se apresenta em três versões: o egípcio antigo, o demótico e o grego antigo.

Sirva-nos este exemplo clássico para consciencializarmos o que, em meu entender, se entende por ‘epígrafe bilingue’, em sentido restrito e como atrás se exemplificou: é um texto escrito em duas línguas. Aliás, generalizou-se, hoje, a tendência de os artigos científicos (cujos autores resistem —e bem!— e escrevem na sua língua natal) terem, no início, um resumo em duas línguas, uma das quais o Inglês, considerado a língua mais pobre e fácil de entender por toda a gente. Isso é bilinguismo! E se, neste caso, o objectivo a alcançar é, teoricamente, de ordem científica, o de atingir um maior número de leitores interessados, os casos, atrás citados, das placas toponímicas obedecem a um outro esquema mental.

2. O LIVRO DE MARÍA JOSÉ ESTARÁN

Atribuímos, a 9 de Junho, p. p., por ocasião da realização, em Bertinoro (Bolonha, Itália), do Colloquio Borghesi, o Prémio Giancarlo Susini à tese de doutoramento (revista) de María José Estarán Tolosa, da Universidade de Zaragoza, intitulada *Epigrafía Bilingüe del Occidente Romano*⁵. Salientou-se a sua originalidade e o carácter exaustivo da investigação, na medida em que referia, em subtítulo, o objectivo específico a que aí, «en las inscripciones bilingües y mixtas», iria dar atenção: a relação entre o latim e as línguas locais.

Estamos, sem dúvida, perante uma abordagem original e passível de trazer importantes novidades acerca de um período que sempre suscitou o maior interesse: como é que as populações locais aceitaram o Latim e como é que isso magistralmente se manifesta nas inscrições latinas quer em ‘pedra’ quer nas legendas monetárias. Pertencente a uma Escola —a da Universidade de Zaragoza— onde esses estudos têm florescido, María José pôde usufruir de toda uma experiência que aí se tem adquirido, inclusive por vários dos seus investigadores.

O seu é um trabalho muito vasto, porque visa abarcar todo o Ocidente romano e, naturalmente, detém as duas características fundamentais de um labor assim:

- a) corre o risco de, apesar de tudo, não estar completo;
- b) suscita polémica quanto às opções tomadas.

⁵ Prensas da la Universidad de Zaragoza, 2016, 756 páginas, ilustradas. N.º 116 da Colección Ciencias Sociales. Uma publicação integrada na investigação do grupo Hiberus. ISBN: 978-84-16516-63-9.

Em qualquer dos casos, anote-se que só quando se tem na mão esse imenso conjunto de dados é que se toma consciência das problemáticas que envolve. Poderei dizer, a título de exemplo, que, no caso da Lusitânia, há dúvidas por resolver, justamente tendo em conta a selecção de epígrafes que foi feita.

Assina o prólogo Francisco Beltrán Lloris, director da tese, que sublinha, a dado passo, que, no volume, «se valoran los documentos de manera integral tomando en consideración la cronología y la distribución geográfica, el soporte, los grupos sociales e instituciones afectados, la onomástica exhibida así como la lengua y la escritura empleadas» (p. 11).

Obrigou-se, por conseguinte, a Autora «a realizar un examen crítico de la documentación epigráfica y numismática que ha comportado la inspección directa de muchas piezas de su catálogo y reportado no pocas novedades», dando, pois, «una contribución muy meritoria a este tema de investigación tan transversal y multidisciplinar» (*ibidem*).

Para se ter uma ideia do vasto trabalho desenvolvido, basta dar uma olhadela ao índice: após a introdução, em que se traça, desde logo, uma panorâmica da investigação até então feita nesse domínio, o capítulo 2 tem por título «La epigrafía bilingüe del Occidente romano» (26-94); trata o 3.º (95-116) da legenda monetária e das inscrições itálico-latinas; as inscrições etrusco-latinas ocupam o capítulo 4 (p. 117-196); as venético-latinas, o 5.º (197-223); abordam-se, no capítulo 6.º, uma duvidosa inscrição camuno-latina e as inscrições galo-latinas (225-247); é no capítulo 7.º que se estudam as inscrições lusitano-latinas (249-292); «Leyendas monetales e inscripciones ibérico-latinas» é o título do capítulo 8 (293-387); as legendas monetárias 'libiofenicias' constituem o tema do capítulo 9 (389-429); «inscripciones líbico-latinas» (cap. 10, 431-464); «leyendas monetales e inscripciones púnico-latinas» (cap. 11, 465-616). Note-se que, no final de cada capítulo, há o rol dos textos que foram excluídos, por não obedecerem às características que a Autora considerara fundamentais. Oportuna panorâmica das correspondências aos *corpora* publicados ocupa as páginas 619 a 630, seguindo-se-lhe um conjunto de cinco tábuas, em que se condensa informação considerada importante. Bastará assinalar que, na tábua 5 («fórmula onomástica de *peregrini*»), se recolhem «todos los nombres de *peregrini* [...] en los que se documenta el nombre en lengua local y su latinización» (650-654). E, claro, é vastíssima, como se torna fácil deprender, a bibliografia consultada (657-748) ⁶.

⁶ Onde, no entanto, se cometem os normais erros que temos vindo a assinalar nas obras dos nossos colegas espanhóis: Alarcão (Jorge de) vem citado como De Alarcão; Fernandes (Luís da Silva) está alfabetado por Da Silva Fernandes; Santos (Luciano dos) em Dos Santos; Encarnação (José d') em D'Encarnação. Em língua portuguesa o til (-) não é equivalente ao acento circunflexo (^); as preposições não devem ser tomadas em consideração nas listas bibliográficas ordenadas alfabeticamente; o apelido paterno (ao invés do que acontece em Espanha) é o último e é por ele que deve ser colocado o nome na lista bibliográfica.

E é vastíssimo, por seu turno, o rol de epígrafes apresentado, mormente porque —e esse constitui motivo de aplauso— foram incluídas as legendas monetárias, que dão conta, com frequência, do nome dado a um sítio antes da chegada dos Romanos; e estou a recordar um dos casos mais sintomáticos da nossa costa ocidental, o da romana *Salacia*⁷.

Ao ler o panorama dos capítulos ora apresentado, certamente ocorrerá ao investigador mais afeito a este tipo de estudos que parece haver um vazio a colmatar: é breve e quase genérica a introdução e falta —o que seria normal após tanto labutar— a apresentação dos resultados.

Não falta.

Está é escondida no capítulo 2.º, que muito bem se ajustaria a ser o capítulo de conclusão. Aí trata María José Estarán da classificação dos textos, da «cronologia e distribuição geográfica das inscrições em duas línguas», dos «suportes e maquetização das inscrições bilingues e mistas», dos grupos sociais de que dão conta as inscrições bilingues, os cargos e magistraturas registados, da onomástica (com três alíneas do maior interesse: a romanização da fórmula onomástica, a latinização da antroponímia, a latinização da toponímia), da língua e da escrita nas inscrições bilingues e mistas, e, finalmente, dos conjuntos epigráficos.

Veria, por conseguinte, com muito bons olhos, que essas páginas tivessem sido colocadas após a análise do *corpus* apresentado, em forma de síntese e de conclusão. Deste modo —posso estar enganado— corre sério risco de passarem despercebidas, porque, saliente-se, esse não é um livro para se ler, é um livro para se consultar. E, num livro de consulta, o investigador dá particular atenção à introdução, onde se apontam os objectivos a atingir e a metodologia utilizada, e às conclusões (sobretudo às novidades) que se lograram alcançar, onde também tem necessariamente lugar o apontar das novas perspectivas de investigação que se abriram.

3. AS EPÍGRAFES DITAS «BILINGUES» DA LUSITÂNIA OCIDENTAL

Não me reconheço competência para analisar tão vasto e denso repertório. Permita-se-me, pois, porque a alusão, aqui, ao livro de María José Estarán não foi pretexto para recensão crítica, mas sim para —a partir dele e com dois

⁷ Seria exigir demais à autora que houvesse elaborado um índice geográfico, que muito nos facilitaria a pesquisa, uma vez que a sua obra constitui, importa dizê-lo, um *vade-mecum* doravante de consulta insubstituível. E, neste caso, onde é que eu vou encontrar *Salacia*? Está nas páginas 328-336, onde se trata da «ceca de +beuibun», e o que eu precisava de saber era se as legendas pré-romanas patentes nas moedas aí encontradas (e, possivelmente, aí cunhadas) me davam a conhecer a opinião da Autora acerca do nome pré-romano da cidade, assunto que muito tem interessado, por exemplo, António Marques de Faria (artigos na *Conimbriga* 28 1989 71-99 e na *Vipasca* 4 1994 39-48, ambos citados).

ou três exemplos— dar a minha opinião acerca do bilinguismo epigráfico e, de modo especial, do modo genérico como a Autora o concebeu e que —como atrás referi— não se me afigura isento de polémica.

Anote-se que não se registou na Lusitânia romana nenhum fenómeno, propriamente, de bilinguismo, como noutras zonas do Império.

Não há nada comparável ao que a fig. 4, de uma epígrafe do Museu Arqueológico de Díon, cidade sita aos pés do Olimpo, na Macedónia grega, documenta: a ara funerária de *M. Domitius Pyrilampes*, que apenas começa em latim, mas cujo texto principal vem em grego, estando, no final, a identificação do defunto em grego também (*AE* 1994 1558).



FIGURA 4

Epitáfio no Museu de Díon redigido em latim e grego



FIGURA 5

Placa bilingue do Museu do Bardo (Túnis)
com inscrição em púnico e em latim

Idênticos casos se observam em território outrora púnico, na Tunísia, por exemplo, onde os achados de epígrafes em duas línguas —latim e púnico— não são raros, ou mesmo na Sardenha. Mostra-se no Museu do Bardo (Túnis) uma epígrafe (fig. 5) —P32, de María José Estarán, 563-564— em que as duas primeiras linhas são em caracteres neopúnicos e se lê, na l. 3, o *cognomen* latino LVPERCVS. Do Sul da Sardenha, mais concretamente de Sulcis, teve a Professora Cinzia Vismara a gentileza, que muito agradeço, de me enviar a fotografia (fig. 6), de um pedestal de calcário, datado do século I d.C., «che menziona una statua celebrativa di un funzionario pubblico in un santuario» e que se expõe no Museu de Cagliari: as três primeiras linhas são em latim; as quatro restantes em púnico⁸.

⁸ Reproduzo-a, com a devida vénia, a partir de *Il Museo Archeologico Nazionale di Cagliari*, V. Santoni (ed.), Sassari, Banco di Sardegna, 1989, p. 165, fig. 13. María José Estarán estuda-a nas p. 504-508 [P14].



FIGURA 6

Pedestal de calcário, no Museu de Cagliari,
com inscrição bilingue em latim e em púnico



FIGURA 7

Placa monumental do teatro de Leptis Magna, com inscrição em latim e em neopúnico

Notável é também a epígrafe monumental do teatro de Leptis Magna, enquadrada numa *tabula ansata* (fig. 7): vem em latim a identificação do imperador Augusto, em ablativo, para indicar a datação (de 1 de Julho do ano 1 a 30 de Junho do ano 2), e a obra esteve a cargo de *Annobal Rufus*, que recebe os honrosos títulos de *ornator patriae* e *amator concordiae*. O final da penúltima linha e a última linha estão em caracteres neopúnicos⁹.

Do território actualmente português, estuda María José Estarán (256-278) treze epígrafes:

1. O altar de Águas Frias (Chaves), que *Fuscinus Fusci f(i)lius* dedica, mui verosimilmente, *Deibabo Nemulcelaegabo (?)* (HEpOL n.º 6939)¹⁰;
2. a Fonte do Ídolo, de Braga, cuja bibliografia é numerosa, sendo, porventura, o estudo mais completo o de Ana Garrido Elena, Ricardo Mar e Manuela Martins, intitulado *A Fonte do Ídolo*, n.º 4 da série *Bracara Augusta – Escavações Arqueológicas*, Braga, Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, 2008;
3. o altar de Guiães (Vila Real), dedicado provavelmente por uma *Albinia Albina* à divindade (em dativo) *Reue Marandigui* (HEpOL n.º 16 423);
4. o altar de Freixo de Numão (Vila Nova de Foz Côa), dedicado a uma divindade cujo epíteto termina em *-breaeagui* (HEpOL n.º 24 731);
5. o altar de Meda (Guarda), dedicado por *Sabinus Calvi f(i)lius* a *Bandi Vordeaicui* (HEpOL n.º 25 444);
6. a conhecida inscrição rupestre de Lamas de Moledo, em que —segundo as opiniões correntes— representantes de etnias locais oferecem um sacrifício, identificado como uma *suovetaurilia*, às divindades suas protectoras. O texto começa claramente em latim *Rufinus et Tiro scripserunt*, mas tanto os teónimos como os animais oferecidos e os próprios etnónimos estão redigidos numa língua dita ‘lusitana’, resultante, a meu ver, de má compreensão dessas estranhas palavras por parte do lapicida;
7. o altar de Queiriz (Fornos de Algodres), em que se documenta o ex-voto de *Duatius Apini f(i)lius* *Bandi Tatibeaicui* (HEpOL n.º 20 078);
8. o altar fundacional de Viseu, dedicado por *Albinus Chaereae f(i)lius* *Deiba Borigo Deibo Bor(igo) Vissaieigo Bor(igo)*;
9. o altar de Freixiosa (Mangualde), que representa o ex-voto de um *Clementinus* à divindade (em dativo) *Crougae Nilaicui* (HEpOL n.º 18 920);

⁹ P42 (p. 591) de María José Estarán.

¹⁰ Preferi indicar como bibliografia apenas HEpOL = *Hispania Epigraphica on line*, porque, além de facilmente acessível no endereço <http://eda-bea.es/>, traz habitualmente a bibliografia actualizada.

10. o altar de Orjais (Covilhã), ex-voto de *Severus Abruni filius Bandei Brialeacui* (HEpOL n.º 20 128);
11. a ara de Bemposta do Campo (Penamacor), dedicada por *Cilius Camali filius Bandi Isibraiegui* (HEpOL n.º 20 126);
12. a epígrafe de Proença-a-Velha (Idanha-a-Nova), em que uma *Deiba* é venerada por *Caburia Caturonia* (HEpOL n.º 28 728);
13. a inscrição de Medelim (Idanha-a-Nova), que *Rectus Rufi filius* dedica *Reve Langanidaegui* (HEpOL n.º 20 082)¹¹ (fig. 8).



FIGURA 8

Altar lusitano dedicado a uma divindade com onomástica indígena latinizada

¹¹ Esta epígrafe não está perdida: faz parte do acervo do Museu Nacional de Arqueologia (fig. 8).

4. «BILINGUES»?

Explicitara a Autora, nas p. 31 a 38, o que se tem entendido por inscrições bilingues e foi com base nesses pressupostos que partiu para a elaboração do seu extenso e exaustivo *corpus*. Contudo, se atentarmos na síntese de cada uma das 13 epígrafes consideradas bilingues, o critério residiu no facto de o teónimo vir escrito numa ‘língua’ que não é a latina. Ou, para sermos mais claros: esses teónimos indígenas não têm etimologia latina nem, aparentemente, uma morfologia passível de ser considerada latina, embora os caracteres sejam latinos o mais possível. Aliás, María José Estarán seleccionou, de modo especial, os teónimos cujo dativo terminava em *-ui*: *Langanidaeigui*, *Isibraiegui*, *Brialeacui*... Rejubilou María Lourdes Albertos, quando se deu conta, com Mário Pires Bento, de que, na ara de Bemposta, o epíteto (*Isibraiegui*) terminava em *-gui*, que estava escrito na parte lateral da ara, pormenor que passara despercebido até então (Albertos, Bento 1977, 1208). Caracterizou essa terminação como sendo de um dativo à maneira céltica ou mesmo pré-céltica (DIP, p. 388). Poderá, por consequência, ter sido esse um dos motivos da selecção feita por María José Estarán.

Creio, todavia, que não haverá nenhum epíteto de divindade indígena que não radique numa língua pré-romana, chame-se-lhe celta, ibérico, celtibérico. ¿Seria essa uma razão válida para incluírem os seus ex-votos no rol das inscrições bilingues? Eu sei que, já em 1935, Clemente Hernando Balmori não tivera receio em chamar «bilingue» à inscrição rupestre de Lamas de Moledo. E porquê? ¿Porque, como atrás se disse, começava com uma frase em latim —*Rufinus et Tiro scripserunt*— e o resto da epígrafe era um acumular de teónimos, etnónimos e nomes concretos de animais que nada tinham a ver com o latim? ¿Bastará isso para dizer que estamos perante duas línguas?

Permita-se-me que retome um raciocínio que já por várias vezes se apresentou e que se passou a escrito, por exemplo, no texto de 2002 citado na bibliografia, mormente na p. 16, com um exemplo verdadeiro tirado do quotidiano. Acrescentarei agora dois outros.

No 4.º dia da aula de Matemática, em Outubro de 1956, o professor pediu ao aluno o caderno diário, para verificar se estava tudo em ordem. E olhou para ele com ar de reprovação: «Materidade»?!... Ele escrevera essa palavra, pois fora ditado o sumário da lição anterior, em que se fizera... a «revisão da matéria dada»! Nunca antes ouvira o estudante a expressão e escreveu o que lhe pareceu entender. Mal, como se viu; e ainda hoje, mais de 60 anos passados, o recorda!

E, antes de voltarmos à época romana, que me seja autorizada a transcrição de um anúncio que, a meu ver, se enquadra às mil maravilhas no tema que estamos a tratar. Publicita-se um curso intensivo de inglês no Verão: dentro de enamorado coração, à maneira de grafito pintado na parede (fig. 9), estava escrito

AI LAVE
MARIA



FIGURA 9

Painel publicitário, que mostra a errada influência da oralidade na escrita

Claro, a recomendação vinha em seguida: «Chegou a altura de aprender inglês!»!

Tenho defendido, desde sempre, que as variantes gráficas com que se apresentam os teónimos indígenas resultam da influência da oralidade, da incompreensão, por parte do lapicida, do vocábulo que lhe é ditado e que, por ser novidade, ele tem dificuldade em passar a escrito na língua em que está habituado a escrever, o Latim. Por isso, o dativo de *Banda* pode ser *Bandei*, *Bandi*, *Banduae*; por isso, temos *Trebaruna*, *Trebaronna*, *Triborunis*; *Ataegina*, *Adaegina*, *Ataecina*; *Endovellico*, *Indovellico*, *Enobolico*, *Endovolico*... E os exemplos poderiam multiplicar-se, como se sabe.

¿Ora, o que aconteceu na totalidade dos 13 casos citados por María José Estarán? Os dedicantes, ainda que identificados à maneira indígena, têm nomes que toda a gente conhece bem e escreve bem, porque são latinos e pertencem ao vocabulário quotidiano; o teónimo, não! ¿Sabia lá o dedicante ou, até, o lapicida como é que o havia de escrever? ¿De resto, que importância real teria essa eventual perfeição, se a divindade sabia das dificuldades fonéticas e ortográficas e não se ralaria nada com isso!? Não seria por tal motivo que não viria a conceder a graça pretendida ou não ficaria ressarcida com a gratidão demonstrada.

Não nego que o culto prestado a *Tongoenabiagus* (se for este o nome correcto) na Fonte do Ídolo, em Braga, teve raízes pré-romanas; não nego que

Celicus Fronto não soubesse exactamente como deveria mandar escrever o teónimo; mas ¿será essa uma razão necessária e suficiente para incluir a epígrafe da Fonte no rol das inscrições bilingues?

Para mim, confesso —e já por várias vezes se escreveu (Encarnação 2015, 28-29)— o caso recente mais sintomático é o do altar mandado erigir por *Albinus Chaereae f(i)lius*), identificado nas escavações do centro histórico de Viseu (fig. 10). ¿Querer-se-ia nome de dedicante mais romano, ainda que usando a moda indígena de se identificar?



FIGURA 10

O altar fundacional de Viseu (Lusitânia),
dedicado a uma divindade tutelar, de nome ainda não completamente latinizado,
venerada na sua faceta feminina e masculina

A comunidade encarregou-o de, em seu nome, erguer ritualmente o altar que propiciasse a divindade cujo território ia ser por todos, agora, ocupado. A divindade carecia de ser apaziguada e o fogo arderia no *foculus* em sua honra, ao som de cânticos ancestrais...

Mas... que divindade? ;Quem poderia dizer aos romanos recém-chegados como se chamava o númen protector do lugar, o *genius loci*? Os indígenas, claro! E saberiam eles expressar-se em Latim? E saberiam eles dizer se era divindade feminina ou masculina? Ao lugar já tinham dado um nome: algo como *Vissaeum*. E, depois de muita conversação, saiu o que hoje se vê: uma divindade honrada na sua feição feminina (*Deiba = Deae*) e masculina (*Deibo = Deo*), com um epíteto local (*Vissaieigo*) e um outro que o lapicida não logrou entender bem nem lhe conheceria o significado: *Borigo*? Claro que nós, que outras divindades já conhecemos, até podemos pensar: «Espera: as águas termais abundam por ali; em Caldas de Vizela, venerou-se um *Bormanicus*... Pode ser que *Borigo* ou vocábulo parecido se possam aproximar desse significado termal...».

Perdoar-se-me-á o tom de recriação que utilizei. Julgo, no entanto, não andar muito longe da verdade ao imaginar uma cena assim. Uma cena que, passada a escrito —e é de bilinguismo epigráfico que estamos a tratar— de bilingue nada tem, porque, para o lapicida, a dificuldade esteve simplesmente em compreender e latinizar o que os indígenas porventura lhe transmitiram.

5. CONCLUSÃO

Rejeito, pois, como bilingues os textos da Lusitânia romana ocidental constantes deste *corpus*, dado que não estamos perante duas línguas, mas sim diante de quem procura transcrever na sua —o Latim— os sons que ouve de indígenas que do Latim nada entendem. Por conseguinte, há aqui apenas uma língua, o Latim, cujos falantes, ao tentarem passar a escrito palavras indígenas que nunca tinham ouvido pronunciar, tiveram sérias dificuldades em as reproduzir com os 'grafismos' fonéticos que lhes eram familiares. As diferentes grafias dos teónimos constituem, de facto, tentativas de adequar o som local à fonética latina. Nada mais.

Importa, todavia, retomar o fio à meada inicial, após esta larga incursão pela época romana: ;é também este «bilinguismo» epigráfico romano uma manifestação político-cultural, como o são as placas bilingues da actualidade?

Evidentemente que sim. E os exemplos a que, de passagem se aludiu —de Leptis Magna, da Tunísia, de Díon...—, mostram essa vontade mútua de uma convivência proveitosa para ambas as partes, porque, assim, se não perde a identidade. Ou, pelo menos, nos primeiros tempos, essa boa prática político-cultural proporciona à população local uma natural satisfação:

«Não se esqueceram da nossa língua! Ótimo! Não desprezaram os nossos deuses, e até lhes ergueram altares semelhantes aos deles! Estupendo!».

Sensação idêntica terão os habitantes de Toulouse, ainda que do provençal nada saibam; assim como os Catalães ou os Bascos, ainda que estejam estes no pólo oposto, por serem, de facto, o Catalão e o Euskera as suas respectivas línguas oficiais.

Orgulho que não deixarão de ter igualmente os Mirandeses, ao verem livros escritos em Mirandês, ao aprenderem o Mirandês na escola, ao saberem, por exemplo, que foram traduzidas para Mirandês as aventuras de Astérix, também elas hipoteticamente passadas em tempo de... Romanos!

BIBLIOGRAFIA

- AE = *L'Année Epigraphique*, Paris. [Indica-se o ano e o n.º da inscrição].
- ALBERTOS, M.^a L., BENTO, M. P., 1977, «Testemunhos da ocupação romana na região de Meimoa», *Actas del XIV Congreso Nacional de Arqueología (Vitoria. 1975)*, Zaragoza, 1197-1208.
- DIP = ENCARNÇÃO, J. d', 2015, *Divindades Indígenas sob o Domínio Romano em Portugal (Subsídios para o Seu Estudo)*, Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da Universidade. Acessível em: http://www.uc.pt/fluc/iarq/pub_online/pdfs_online/1975_Divindades
- ELENA, A.G., MAR, R., MARTINS, M., 2008, *A Fonte do Ídolo*, n.º 4 da série *Bracara Augusta – Escavações Arqueológicas*, Braga: Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.
- ENCARNÇÃO, J. d', 2002, «Das religiões e das divindades indígenas na Lusitânia», in: J. C. Ribeiro (coord.), *Religiões da Lusitânia – Loquuntur Saxa*, Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 11-16. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/27809>
- , 2015, «Roma e Lusitânia: dois poderes paralelos?», in: G. Bravo, R. González Salinero (edit.), *Poder Central y Poder Local: Dos Realidades Paralelas en la Órbita Política Romana?* (Actas do XII Colóquio de la Asociación Interdisciplinar de Estudios Romanos), [Signifer Monografías, n.º 45], Madrid-Salamanca: Signifer Libros, 19-30. Acessível em: <http://hdl.handle.net/10316/29003>.
- FARIA, A.M., 1989, «A numária de *Cantnipo», *Conimbriga* 28, 71-99.
- , 1992, «Ainda sobre o nome pré-romano de Alcácer do Sal», *Vipasca* 1, 39-48.
- HERNANDO BALMORI, C., 1935, «Sobre la inscripción bilingüe de Lamas de Moledo», *Emerita* 3, 77-119.
- Il Museo Archeologico Nazionale di Cagliari*, 1989, V. Santoni (ed.), Sassari: Banco di Sardegna.



Kalitatea adierazteko zigilu bat da **ehupress**. Label horren azpian argitaratzen diren jatorrizko guztiek kanpoko ebaluazio bat gainditu dute, gutxienez bi adituren eskutik gauzatuta, parekoen ebaluazio bikoitz itsua metodoa erabiliz.

El sello **ehupress** es un distintivo de calidad. Todos los originales publicados bajo este sello han superado una evaluación externa, llevada a cabo por, al menos, dos especialistas, mediante el sistema de revisión por pares doble ciego.

The **ehupress** seal is an assurance of quality. All original works published with this seal have been subjected to external evaluation, carried out by at least two experts, through the system of double-blind peer review.

Le sceau **ehupress** est un distinctif de qualité. Tous les originaux publiés sous ce label ont passé avec succès une évaluation externe, en double aveugle par les pairs, réalisée par au moins deux experts.

SAILAK ETA BILDUMAK
SERIES Y COLECCIONES

www.ehu.eus/argitalpenak



Calidad en
Edición
Académica
Academic
Publishing
Quality

ISBN: 978-84-1319-072-3



9 788413 190723